



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 168, DE 2015.
(Dos Srs. LÚCIO VALE e RONALDO BENEDET)

Requer ao Ministro das Cidades
informações sobre recursos onerosos para a
área de mobilidade urbana.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro das Cidades, senhor Gilberto Kassab, as seguintes informações, no sentido de esclarecer esta Casa acerca dos recursos não onerosos direcionados pelo Ministério das Cidades para programas e projetos de mobilidade urbana:

- 1) Montante anual de recursos onerosos geridos pelo Ministério das Cidades e alocados para ações de mobilidade urbana nos anos de 2008 a 2014;
- 2) Discriminação das informações supramencionadas por fontes de recursos (FGTS, FAT, entre outros);
- 3) Detalhamento das informações constantes do item 1 segundo programas, como o caso dos FGTS, cujos recursos são direcionados por meio do programa Pró-Transporte;
- 4) Recursos de estatais, caso existam, alocados, por ano, para a mobilidade urbana no período de 2008 a 2014.

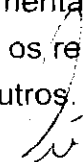
JUSTIFICAÇÃO

Na última década, a mobilidade urbana tem ganhado destaque na agenda pública, em razão do agravamento dos congestionamentos nas grandes cidades, da queda na qualidade do transporte coletivo, do aumento da poluição do ar e da falta de planejamento e controle do uso do solo, entre outras questões. As dificuldades de deslocamentos de pessoas e de cargas têm infligido um pesado ônus para a economia e para o desenvolvimento sustentável das cidades e das nações.

No Brasil, em que pese o incremento de recursos federais direcionados para ações de mobilidade urbana - especialmente por meio dos Programas de Aceleração do Crescimento – esses recursos são insuficientes para suprir as deficiências de infraestrutura, planejamento e gestão da mobilidade urbana em nosso país.

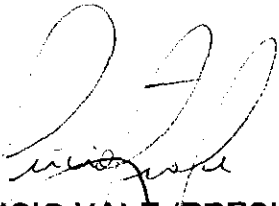
Os recursos do orçamento geral da União - OGU alocados para o programa Mobilidade Urbana e Trânsito somaram, de 2012 a 2014, cerca de R\$ 6,8 bilhões de reais, mas apenas R\$ 1,7 bilhão foi empenhado e, posteriormente, pago para o desenvolvimento de ações nessa área.

Os recursos do OGU são apenas uma parte dos recursos direcionados para as ações de mobilidade urbana no Brasil. Para o cômputo de sua totalidade, há que se somar, aos recursos orçamentários, os aportes de recursos próprios de estados e municípios, bem como os recursos onerosos de linhas de financiamento, operações de crédito, entre outros.

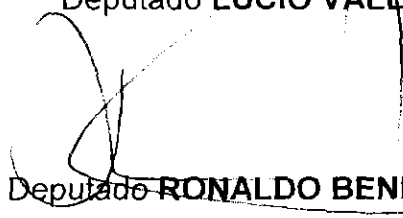


Considerando a relevância dos recursos onerosos para o financiamento de projetos de mobilidade urbana no país, solicitamos informações acerca desses aportes. Dessa forma, será possível dimensionar o total de recursos disponíveis para a mobilidade urbana sob a gestão do Ministério das Cidades, bem como conhecer sua alocação, de modo a tornar o planejamento, a tomada de decisões e a execução das políticas públicas de mobilidade urbana mais eficientes.

Sala das Sessões, em de 16 MAR. 2015 de 2015.



Deputado **LÚCIO VALE (PRESIDENTE DO CEDES)**



Deputado **RONALDO BENEDET (RELATOR DO ESTUDO)**